



Após recusa do Morumbi pela Fifa, arena multiuso proposta pelo Palmeiras é a favorita do momento na disputa, embora não tenha capacidade para abrigar a abertura da Copa do Mundo. Construção do Piritubão, outra alternativa, pode enfrentar problemas ambientais.

Página 4



Agência Palmeiras



# Estádio paulista para 2014 ainda é *incógnita*

Imagem aérea do projeto da arena multiuso do Palmeiras vista pelo setor da Rua Turissu.



# VALORIZAR O SALÁRIO MÍNIMO

UMA NOVA MOBILIZAÇÃO das entidades sindicais se faz necessária em torno da correção a partir de janeiro de 2011 do salário mínimo. Isso porque, mantida a regra acordada com o Governo, que leva em conta, além da inflação, a variação do PIB (Produto Interno Bruto), o resultado de 2009, próximo de zero, prejudicaria o esforço de recuperação que vem sendo feito nos últimos anos. Uma tentativa de evitar o problema foi feita a partir da inclusão no relatório da LDO (Lei das Diretrizes Orçamentárias), pelo senador Tião Viana (PT-AC), de uma previsão de reajuste que levaria em conta a média da expansão do PIB de 2008 e 2009.

Mantida a regra defendida pelo Governo, não haveria aumento real em 2011. É preciso evitar que crise registrada em 2009 prejudique os trabalhadores e a economia nacional.

Com isso, se chegaria ao índice de 4,9%, que, somado à correção monetária, daria um valor próximo dos R\$ 550,00. No entanto, o relatório foi votado no dia 7 de julho, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos e Fiscalização, sem a especificação do valor.

Trata-se agora de assegurar a manutenção da política adotada ao salário mínimo, que trouxe benefícios à economia brasileira como um todo. Aliás, o argumento mais forte para que a remuneração básica não seja prejudicada pelos efeitos da crise em 2009 é justamente o fato de a renda do trabalho, fortalecendo o mercado interno, ter sido a grande arma nacional para que o País se saísse bem diante da turbulência financeira naquele período.

Além disso, o bom desempenho em 2010 já está garantido e é bastante realista a previsão de que o crescimento se mantenha nos próximos anos em patamares de pelo menos 7%. Portanto, nada justifica paralisar um dos principais instrumentos de distribuição de renda corretamente adotados no Brasil. É preciso lembrar também que, apesar dos ganhos, o mínimo ainda está longe de cumprir seu papel constitucional. Pelos cálculos do Dieese



(Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), o montante necessário para que o cidadão arque com despesas básicas como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, atualizado até maio, é R\$ 2.157,88.

Excluído da LDO, o valor deve constar do orçamento propriamente dito, que o Governo precisa encaminhar ao Congresso em agosto. Assim, faz-se neces-

sária pressão para garantir o aumento real em 2011, deixando clara a excepcionalidade da situação e a manutenção da fórmula bem-sucedida.

Para os engenheiros, a valorização do mínimo é duplamente positiva. Em primeiro lugar, pelo que traz de benefícios a toda a sociedade. Em segundo, pelo piso profissional da categoria, definido em nove salários, de acordo com a Lei 4.950-A/66. É hora de todos lutarem juntos.

JORNAL DO ENGENHEIRO — Publicação quinzenal do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo

**Diretora responsável:** Maria Célia Ribeiro Sapucahy. **Conselho Editorial:** João Carlos Gonçalves Bibbo, Celso Atienza, João Paulo Dutra, Henrique Monteiro Alves, Laerte Conceição Mathias de Oliveira, Carlos Alberto Guimarães Garcez, Fernando Palmezan Neto, Antonio Roberto Martins, Edilson Reis, Esdras Magalhães dos Santos Filho, Flávio José Albergaria de Oliveira Brízida, Marcos Wanderley Ferreira, Aristides Galvão, Celso Rodrigues, Cid Barbosa Lima Junior, Fabiane B. Ferraz, João Guilherme Vargas Netto, Luiz Fernando Napoleone, Newton Güenaga Filho, Osvaldo Passadore Junior e Rubens Lansac Patrão Filho. **Colaboração:** Delegacias Sindicais. **Editora:** Rita Casaro. **Repórteres:** Rita Casaro, Soraya Misleh, Lourdes Silva e Lucélia de Fátima Barbosa. **Projeto gráfico:** Maringoni. **Diagramadores:** Eliel Almeida e Francisco Fábio de Souza. **Revisora:** Soraya Misleh. **Apoio à redação:** Cyro Soares e Matheus Santos Conceição. **Sede:** Rua Genebra, 25, Bela Vista — São Paulo — SP — CEP 01316-901 — Telefone: (11) 3113-2650 — Fax: (11) 3106-8829. **E-mail:** imprensa@seesp.org.br. **Site:** www.seesp.org.br. **Tiragem:** 31.000 exemplares. **Fotolito e impressão:** Folha Gráfica. **Edição:** 16 a 31 de julho de 2010. **Artigos assinados** são de responsabilidade dos autores, não refletindo a opinião do SEESP.



**ANATEC**  
ASSOCIAÇÃO DE PUBLICAÇÕES

# Contra a corrupção e a fraude eleitoral

Antônio Augusto de Queiroz

TEM AVANÇADO no Brasil, sempre por pressão popular, o combate à corrupção e à fraude eleitoral, bem como ao abuso de poder econômico. Isso é produto de quatro importantes leis tratando do tema, sendo três punitivas e uma preventiva, além de lenta mudança cultural em curso na sociedade e no Poder Judiciário.

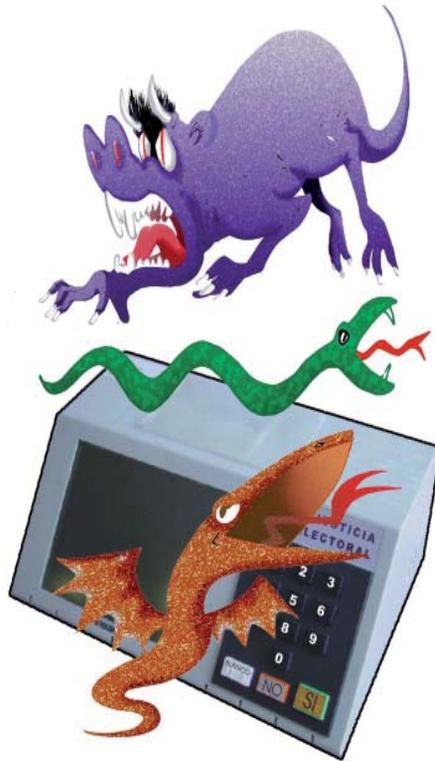
As três leis punitivas cuidam de apenar – com a cassação do registro, do diploma ou do mandato – quem for flagrado doando, oferecendo, prometendo ou entregando bens ou vantagens de qualquer natureza em troca de voto, ainda que de forma dissimulada.

A lei preventiva, com as hipóteses de inelegibilidade, melhora o filtro de candidatura, com critérios mais rígidos de probidade e decore para concorrer a cargos eletivos, e amplia os prazos de impedimentos para efeito de disputa eleitoral.

A legislação, com um pequeno avanço de cada vez, tem sido acompanhada por importante mudança cultural, tanto da sociedade quanto do Poder Judiciário, no sentido de denunciar e punir aqueles que agirem em desacordo com os critérios de probidade, de ética e de decência.

As centenas de condenações com perda de mandato no plano municipal – prefeito e vereadores – são exemplos disso e a tendência é que o Poder Judiciário, especialmente os tribunais superiores, dê maior celeridade aos julgamentos dos processos.

O STF (Supremo Tribunal Federal), com apenas 11 ministros, não dispunha de estrutura para instruir e julgar os milhares de processos contra os políticos com fórum privilegiado.



Recentemente, entretanto, inovou ao solicitar que os juízes de primeira instância instruem os processos, ouvindo as testemunhas, como forma de viabilizar um julgamento mais célere, o que já começa a apresentar resultados.

A seguir o número e o enunciado das leis que vêm contribuindo para moralizar e qualificar a disputa eleitoral:

- 1ª) Lei de iniciativa popular 9.840/99, que tipifica como fraude o que antes era definido como crime. Isso permite punição mais rápida.
- 2ª) Lei 10.300/06, que proíbe a concessão de vantagens, prêmios ou favor ao eleitor. Também reduz os gastos de campanha.
- 3ª) Lei 12.039/09, que autoriza a punição por evidência do dolo e amplia até a data da diplomação do eleitor o prazo para representar contra as condutas vedadas.

- 4ª) Lei Complementar de iniciativa popular 135/10, que atualiza e complementa a lei de inelegibilidades (LC 64/90) – Ficha Limpa.

Essa última, que considera a vida pregressa dos candidatos a cargos eletivos, já terá vigência plena em outubro de 2010, segundo decisões do TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Com isso, fica inelegível por oito anos quem renunciou ao mandato para fugir de cassação, assim como o funcionário demitido após processo administrativo, por decisão judicial, por infração ética ou profissional.

Também ficarão inelegíveis por oito anos os condenados em segunda instância da Justiça pelos crimes de abuso de autoridade; lavagem ou ocultação de bens; racismo; tortura; terrorismo; crimes hediondos; trabalho escravo; crimes contra a vida; abuso sexual; formação de quadrilha ou bando; ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito; entre outros.

## Aos poucos, País avança rumo à consistência ideológica e programática dos partidos.

Trata-se de um processo de mudança legislativa e cultural, que culminará com uma reforma política que dê consistência ideológica e programática aos partidos, que combata a corrupção e promova equidade na disputa eleitoral.

Antônio Augusto de Queiroz é jornalista, analista político e diretor de documentação do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar)

### COMO FUNCIONA A MÍDIA



### Sua ART pode beneficiar o Sindicato dos Engenheiros

Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo 31. Com isso, você destina 10% do valor para o SEESP. Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.

### Estacionamento para visitantes do SEESP

Através de convênio com o Sistema Riti Estacionamentos, usuários com destino ao sindicato têm **30% de desconto**.

Aproveite mais essa facilidade e venha conhecer o SEESP.





# TÉCNICOS OPINAM SOBRE ESTÁDIO PARA COPA

Soraya Misleh

ELEITA UMA DAS 12 cidades que podem sediar jogos do mundial em 2014, a Capital paulista ainda não tem definição sobre o estádio a ser utilizado. Várias possibilidades têm sido cogitadas. Para Flávio Brízida, secretário adjunto de Estado de Esportes, Lazer e Turismo de São Paulo, a arena multiuso proposta pelo Palmeiras se situa em área com restrição de afluxo de pessoas (*no bairro de Perdizes*), mas é uma alternativa e traz conceito moderno de sustentabilidade, o que garantirá seu aproveitamento pós-Copa.

Com capacidade prevista para 45 mil espectadores e investimento de cerca de R\$ 300 milhões, segundo informações disponíveis no *site* do clube, o projeto começa a ser executado pela W Torre Engenharia, e o complexo deve estar concluído em 2012. O entorno também sofrerá adequações.

José Roberto Bernasconi, presidente do Sinaenco-SP (Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva, seção São Paulo), concorda que essa é uma alternativa, mas não para a atividade inaugural da Copa, dada a capacidade de público insuficiente. E não rejeita o Morumbi para abrigar disputas

até as quartas de final – muito embora este tenha sido descartado oficialmente pela Fifa (Federação Internacional de Futebol) em junho último, sob a alegação de que seu proprietário, o São Paulo Futebol Clube, não apresentou as garantias financeiras para a realização das obras necessárias. “Aquela ideia de São Paulo ser sede da abertura com esse estádio demandaria reforma ampla e cara. Seria preciso rebai-xar o campo em quatro metros para ampliar a capacidade para cerca de 65 mil, uma intervenção muito pesada, que requereria ainda drenagem da área.” Ele observa que o clube em questão apresentou nova proposta, menos custosa – em torno de R\$ 250 milhões, contra os mais de R\$ 600 milhões necessários anteriormente –, que não ultrapassaria dois anos para ser feita. Com essa, poderia se garantir visibilidade em toda a arquibancada, acessibilidade e outras melhorias em atendimento às exigências da Fifa. Na sua análise, infraestrutura de transporte também não seria problema. “Está previsto monotrilha na região e a inauguração da estação São Paulo-Morumbi do metrô (*a 1.180m do estádio*). Acho que deve se reexaminar a situação.”

## Novas obras

Bernasconi não é contra fazer outros estádios, como o Piritubão, “mas não de afogadilho”. Ele pondera que o terreno de 5,5 milhões de metros quadrados é acidentado, coberto de vegetação. “Tem que fazer um plano diretor para a área, preparar o espaço, fazer projeto, obter licenciamentos, calcular o impacto ambiental. E quem bancaria esse empreendimento?” Para Brízida, a iniciativa privada poderia investir – inclusive com ajuda do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econô-

mico e Social), que abriu linha de crédito para possibilitar inversões em estádios para a copa. Dificuldade para tanto, contudo, é a denúncia feita pela mídia em 14 de julho de que a área onde se localizaria o estádio está contaminada por metais pesados e passando por recuperação, segundo relatório da Cetesb (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo) divulgado em 2009. O que poderia inviabilizar essa opção, teriam alertado ambientalistas.

Se for para pensar em projetos novos, o consultor de engenharia urbana Luiz Célio Bottura, membro do conselho do Instituto de Engenharia, prefere retirar da gaveta uma solução antiga que havia apresentado para a cidade: a construção de um espaço multifuncional no centro da cidade, na região da Luz. “Além de revitalizar a área, fica em excelente localização, perto de hotéis e com toda a infraestrutura de transporte já disponível.” O arquiteto e urbanista Cândido Malta é outro que aponta alternativa: a construção de arena multiuso no terreno doado há anos para o Corinthians pela Prefeitura, ao lado do metrô Itaquera. Como avalia Marcelo Tessler, diretor da Tessler Engenharia, empresa responsável por elaborar o projeto, este deve ter cerca de 180 mil metros quadrados. Já há um estudo pronto, de autoria do arquiteto Eduardo de Castro Melo. “A obra duraria cerca de dois anos.” Ele estima investimento de R\$ 400 milhões, e o estádio poderia abrigar 50 mil pessoas. Há ainda proposta para o clube em Guarulhos, em parceria do Banco Banif e Construtora Hochtief do Brasil. “O maior impacto seria quanto a obras viárias.”

Diante de tantas possibilidades, Bottura sugere a realização de um debate técnico para se indicar a melhor solução do ponto de vista da engenharia.



Divulgação

Projeto para o Morumbi apresentado pelo São Paulo Futebol Clube à Fifa.

**DELEGACIAS DO SINDICATO** – **ALTAMOGIANA:** Av. Mogiana, 1.885 – Ribeirão Preto – CEP: 14075-270 – Tels.: (16) 3628-1489 - 3969-1802 – E-mail: altamogiana@seesp.org.br. **ALTO TIETÊ:** R. Coronel Souza Franco, 720 – CEP: 08710-020 – Tel./fax: (11) 4796-2582 – Tel.: (11) 4726-5066 – E-mail: mogidascruz@seesp.org.br. **ARAÇATUBA:** R. Antônio Pavan, 75 – CEP: 16020-380 – Tel.: (18) 3622-8766 – E-mail: aracatuba@seesp.org.br. **ARARAQUARA:** R. São Bento, 700 – 10º and. – sala 103 – CEP: 14800-300 – Tel./Fax: (16) 3322-3109 – E-mail: araraquara@seesp.org.br. **BAIXADA SANTISTA:** Av. Senador Pinheiro Machado, 424 – Santos – CEP: 11075-000 – Tel./Fax: (13) 3239-2050 – E-mail: baixadasantista@seesp.org.br. **BARRETOS:** Av. Cinco, nº 1.145 – CEP 14783-091 – Telefones: (17) 3322-7189 - 3324-5805 - 3322-8958 – E-mails: barretos@seesp.org.br - seespbarretos@uol.com.br - seespbarretos@gmail.com. **BAURU:** Rua Constituição, 8-71 – CEP: 17013-036 – Tel./Fax: (14) 3224-1970 – Página: seesp.org.br/bauru.html – E-mail: secretaria@seespbauru.org.br. **BOTUCATU:** R. Rangel Pestana, 639 – CEP: 18600-070 – Tel./Fax: (14) 3814-3590 – E-mail: botucatu@seesp.org.br. **CAMPINAS:** Av. Júlio Diniz, 605 – CEP: 13075-420 – Tels.: (19) 3251-8455 / 4220 – Fax: (19) 3251-8996 – E-mail: campinas@seesp.org.br. **FRANCA:** R. Voluntário Jaime de Aguiar Barbosa, 1.270 – CEP: 14403-365 – Tels.: (16) 3721-2079 - 3722-1827 – E-mail: franca@seesp.org.br. **GRANDE ABC:** R. Haddock Lobo, 15/19 – Santo André – CEP: 09040-220 – Tel.: (11) 4438-7452 – Fax: (11) 4438-0817 – E-mail: abc@seesp.org.br. **GUARATINGUETÁ:** R. Pedro Marcondes, 78 – sala 34 – CEP: 12500-340 – Tel./Fax: (12) 3122-3165 – E-mail: guaratingueta@seesp.org.br. **JACAREÍ:** Av. Pensilvânia, 531 – CEP: 12300-000 – Tel./Fax: (12) 3952-4840 – E-mail: jacarei@seesp.org.br. **JUNDIAÍ:** R. Marechal Deodoro da Fonseca, 51 – CEP: 13201-002 – Tel.: (11) 4522-2437 – E-mail: jundiaieseep@terra.com.br. **LINS:** Rua Rio Branco, 273 – Ed. Galeria Torre de Lins – 9º andar – Sala 94 – Centro – Lins/SP – CEP: 16400-085 – Tel.: (14) 3523-2890 – E-mail: seespplins@terra.com.br. **MARÍLIA:** R. Carlos Gomes, 312 – cj. 52 – CEP: 17501-000 – Tel./Fax: (14) 3422-2062 – E-mail: seespmar@uol.com.br. **PINDAMONHANGABA:** R. Dr. Rubião Junior, 192 – 2º andar – sala 25 – CEP: 12400-450 – Tel./Fax: (12) 3648-8239 – E-mail: pinda@seesp.org.br. **PIRACICABA:** R. Benjamin Constant, 1.575 – CEP: 13400-056 – Tel./Fax: (19) 3433-7112 – E-mail: piracicaba@seesp.org.br. **PRESIDENTE PRUDENTE:** R. Joaquim Nabuco, 623 – 2º andar – sala 26 – CEP: 19010-071 – Tel./Fax: (18) 3222-7130 – E-mail: pprudente@seesp.org.br. **RIO CLARO:** R. Cinco, 538 – sala 3 – CEP: 13500-040 – Tel./Fax: (19) 3534-9921 – E-mail: rioclaro@seesp.org.br. **SÃO CARLOS:** R. Rui Barbosa, 1.400 – CEP: 13560-330 – Tel./Fax: (16) 3307-9012 – E-mail: scarlos@seesp.org.br. **SÃO JOSÉ DOS CAMPOS:** R. Paulo Setubal, 147 – sala 31 – CEP: 12245-460 – Tel.: (12) 3921-5964 – Fax: (12) 3941-8369 – E-mail: seespjse@hotmail.com. **SÃO JOSÉ DO RIO PRETO:** R. Cândido Carneiro, 239 – CEP: 15014-200 – Tel./Fax: (17) 3232-6299 – E-mail: sjriopreto@seesp.org.br. **SOROCABA:** R. da Penha, 140 – CEP: 18010-000 – Tel./Fax: (15) 3231-0505 / 3211-5300 – E-mail: sorocaba@seesp.org.br. **TAUBATÉ:** Rua Juca Esteves, 35 – CEP: 12080-330 – Tels.: (12) 3633-5411 - 3631-4047 – Fax: (12) 3633-7371 – E-mail: seespauptate@vivax.com.br.

# Coletar e reaproveitar o lixo eletroeletrônico

Soraya Misleh

COM A APROVAÇÃO no dia 7 de julho do Projeto de Lei nº 354/1989 no Plenário do Senado, que dispõe sobre a política nacional de resíduos sólidos, o Brasil dá um passo importante para resolver também a questão do lixo eletroeletrônico. O PL, que aguarda agora sanção do Presidente da República, prevê como solução a esse problema a chamada logística reversa. “Fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes terão de dar destinação adequada aos produtos, após o uso pelo consumidor”, explica o presidente do Grupo de Trabalho responsável pela proposta, deputado federal Arnaldo Jardim (PPS-SP).

O País ainda está bastante atrasado quando o assunto é o que fazer com velhos equipamentos, como monitores, computadores, impressoras, aparelhos de telefone. Para pilhas e baterias, também há muito o que avançar, segundo André Luis Saraiva, diretor de responsabilidade socioambiental da Abinee (Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica), mas pelo menos já existe desde novembro último regra própria. “Está tudo estabelecido na Resolução nº 401 do Conama (*Conselho Nacional do Meio Ambiente*). Até dia 5 de novembro os pontos que comercializam e têm a responsabilidade de devolver à indústria esses materiais já terão coleta totalmente implementada.” E, diferentemente do que ocorre com computadores e afins, existem estatísticas. De acordo com ele, o Brasil consome hoje 1,2 bilhão de pilhas por ano, só que 33% disso é falsificado e tem contaminantes como mercúrio, já proibidos entre as nacionais. Agravante é que falta estrutura para destinação correta. “Tem que tentar buscar tecnologia para que isso possa ser processado e virar cimento”, exemplifica Saraiva.

No caso da linha de informática e telecomunicações, Samyra Crespo, secretária de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, ressalta que o necessário diagnóstico está sendo feito mediante termo de cooperação técnica firmado em maio último entre o Governo e o Cempre (Compromisso Empresarial para a Reciclagem). Segundo ela, a previsão é de que fique pronto em quatro meses. O tema preocupa, sobretudo face ao cenário de aquecimento da economia. “Com a renúncia de IPI (*Imposto sobre Produtos Industriali-*

*zados*) e a Casas Bahia vendendo a 23 prestações, nova onda de descarte vai acontecer em breve, e não temos ideia desse volume”, enfatiza. O diagnóstico será contribuição importante ao Plano Nacional de Produção e Consumo Sustentável, a ser apresentado para consulta pública por pelo menos 60 dias ao final deste mês.

Além disso, está em discussão, segundo Saraiva, resolução nacional acerca do tema. Conforme ele, o resultado deve ser apresentado na Câmara Técnica do Conama em agosto próximo. A expectativa é de que tal norma seja sancionada e publicada ainda neste ano. O diretor da Abinee enumera as propostas que a indústria espera ver incorporadas, entre elas a instituição da capilaridade de pontos de coleta de lixo eletroeletrônico por todo o País, nos quais haveria orientação aos consumidores; a garantia pelas empresas de informações sobre tudo o que foi produzido e vendido no Brasil; e pelo poder público de incentivos fiscais e linhas de financiamento ao desenvolvimento de tecnologias para o reaproveitamento dos equipamentos. Essas devem estar contempladas entre as prioridades no plano nacional, de acordo com Crespo. Ademais, é reivindicação do setor maior fiscalização para conter o chamado “mercado cinza”, que engloba produtos que entram no País ilegalmente. Para se ter uma ideia do problema, Saraiva conta que no início da década tais importados representavam 70% do total.

## Iniciativas pontuais

Enquanto se caminha para equacionar tais desafios, o que tem havido em âmbito nacional são iniciativas pontuais, inclusive por parte de

indústrias. Somam-se a essas a implantação do Cedir (Centro de Descarte e Reúso de Resíduos de Informática) na USP (Universidade de São Paulo), em dezembro último. Segundo consta em seu *site*, trata-se de “um projeto pioneiro de tratamento de lixo eletrônico em órgão público e em instituição de ensino superior”. Instalado em um galpão de 400m<sup>2</sup>, tem, segundo seu chefe de seção, Irã Margarido, recebido material de categoria três, ou seja, de informática e telecomunicações, além de baterias e pilhas. Atualmente, estão armazenadas 16 toneladas. “Se dá para ser reutilizado, de repente transformar três micros em um, fazemos isso e doamos para projetos na universidade ou em escolas.” O que não pode mais ser aproveitado dessa maneira é, como relata Margarido, desmembrado. “São separados e encaminhados para cada tipo de reciclador o plástico, o metal, o cobre dos cabos, a placa eletrônica.” Quanto a essa última, ele explica que é enviada para a Europa, “por não ter uma solução prática aqui”.

Também tem adotado procedimentos afins a Coopermiti, cooperativa especializada em resíduos sólidos eletroeletrônicos que tem atuado no município de São Paulo mediante parceria com a Prefeitura. Sobre as placas, seu diretor de operações, Sérgio Levin, informa que, após seu processamento, podem voltar para a indústria. Componentes de um tubo de monitor, ilustra, podem ser encaminhados para empresas que trabalham com piso cerâmico. Mas como o País não tem esse *know how* desenvolvido, “nosso ouro está indo para fora”. Quando não fica no lixão ou numa caçamba.

*Projeto de lei aprovado no Plenário do Senado prevê como solução ao problema a chamada logística reversa.*



Material armazenado em galpão do Cedir, a ser reaproveitado.



# São Paulo terá novo código de área para celulares

Lucélia Barbosa

COM O FORTE CRESCIMENTO do mercado de telefonia móvel, a falta de combinações pode se tornar um problema na Região Metropolitana de São Paulo. Os 64 municípios pertencentes ao código de área 11 somam hoje cerca de 27 milhões de usuários ativos, sendo que o plano de numeração permite somente 37 milhões de combinações.

De acordo com a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), as previsões indicam que, se mantido o ritmo atual de crescimento, no máximo em três anos os números disponíveis na RMSP estarão esgotados.

Para resolver esse problema, a agência propõe a criação de um novo Código Nacional, o CN 10, a ser usado nas cidades abrangidas pelo CN 11. A introdução da medida garantirá a disponibilidade de combinações pelo menos até 2025.

A Anatel determinou que a mudança passe a valer a partir de 31 de outubro próximo, quando esse código será atribuído a todas as operadoras. “Não necessariamente o usuário receberá no dia 1º de novembro as novas linhas com CN 10, vai depender da demanda de cada prestadora. A partir dessa data, haverá todo um processo de programação das redes, a fabricação dos chips, enfim, tudo isso leva tempo até que comece a funcionar direito”, informa Adeilson Evangelista Nascimento, gerente de Acompanhamento e Controle das Obrigações de Interconexão da agência.

Segundo ele, a mudança terá impacto gradual, porque a alteração na marcação será somente para usuários novos.

A proposta permite duplicar a capacidade do plano de numeração, isto é, uma mesma combinação para ambos os códigos de área. Para diferenciá-los na hora de realizar a ligação, o usuário precisará se informar previamente sobre qual dos CNs ele quer alcançar, em seguida, digitar 010 ou 011 antes do número de celular desejado. “As chamadas de emergência não sofrerão mudanças. E se o número de destino for um telefone fixo, será necessariamente do código 11”, explica Nascimento.

Conforme ele, a implantação e a divulgação das alterações não terão custo para os usuários. Todos os investimentos serão

arcados pelas prestadoras de serviços de telecomunicações, e a tarifação será exatamente a mesma das chamadas na área 11.

Ele descarta o uso dos números desativados, cerca de 4,9 milhões, como solução para o problema. “Não podemos pensar no curto prazo. A proposta deve ser desenhada para uma vida longa”, menciona.

## Divulgação

Conforme Estela Guerrini, advogada do Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor), é fundamental que os consumidores sejam esclarecidos a respeito de toda e qualquer mudança a ser feita. “A agência e todas as empresas do setor de telefonia móvel devem se incumbir de uma ampla e maciça campanha para informar todas as pessoas afetadas, seja em São Paulo e em todo o território brasileiro”, opina.

Na sua ótica, questões básicas terão que ser respondidas, entre elas, como digitar o número de celular para o qual o usuário quer ligar, se é necessário colocar o código da operadora antes, se as ligações virão descritas na fatura de telefone no grupo de locais ou de longa distância. “As campanhas devem ser iniciadas dois meses antes da implementação e continuar por no mínimo seis meses após a execução das mudanças”, propõe.



Usuário terá que digitar 010 ou 011 antes do número de celular desejado.

Outra sugestão do Idec é a criação de um canal de comunicação com a agência para que o consumidor possa sanar eventuais dúvidas. E os sites das operadoras e SACs (Serviços de Atendimento ao Consumidor) deverão ter todas as informações necessárias sobre as mudanças adotadas.

Segundo Guerrini, há ainda uma preocupação quanto aos custos originados pelas alterações. “A Anatel deve garantir, por meio de normas e intensa fiscalização, que não haja transferências para os consumidores por meio de aumento de tarifas e preços”, enfatiza.

Procuradas, as operadoras de telefonia móvel que prestam o serviço na área 11 não quiseram se manifestar sobre as modificações propostas pela agência reguladora.

## Um dígito a mais

A proposta é objeto da consulta pública nº 13, disponível na Internet, no link <http://sistemas.anatel.gov.br/SACP/Contribuicoes/TextoConsulta.asp?CodProcesso=C1382&Tipo=1&Opcao=andamento>, até 21 de julho, que prevê também a ampliação da capacidade das redes para inclusão do nono dígito, outra medida preventiva para resolver a possível falta de números de telefone móvel e fixo em todo o território nacional a partir de 2015. O objetivo é que as operadoras já estejam com as redes adequadas caso haja necessidade de aumento dos números disponíveis.

Assim que for encerrada a consulta, as contribuições serão analisadas, e as de maior relevância farão parte da versão final do regulamento que passará a ser uma obrigação para as prestadoras. “É bom que fique claro que a criação do CN 10 atende a situação específica do serviço de telefonia móvel na área 11 de São Paulo e que o acréscimo de um dígito é outra proposta que exigirá futuramente nova consulta para que a sociedade e as partes envolvidas possam se manifestar. Por enquanto, pedimos só a adequação das redes”, ressalta Nascimento.

O tema foi também objeto de duas audiências públicas realizadas no mês de junho último, uma em Brasília e outra em São Paulo.



## Oportunidades

Segundo levantamento feito até dia 13 de julho, a área de Oportunidades & Desenvolvimento Profissional do SEESP dispõe de vagas para engenheiros nas seguintes modalidades e quantidades assinaladas: civil (três), mecânica (duas) e mestre em aeronáutica (uma). Para se cadastrar e inserir seu currículo, acesse em [www.seesp.org.br](http://www.seesp.org.br) o link Oportunidade Profissional. Mais informações pelo telefone (11) 3113-2666.



## Engenheiros da Elektro aprovam acordo

A categoria, reunida em assembleia no dia 13 de julho, aprovou a última contraproposta da empresa para assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho 2010 (data-base em 1º de junho). Destacam-se: 6,5% de reajuste salarial e 8% sobre os valores dos vales-refeição e alimentação e da cesta básica.

## Parlamentares ministram palestras em Taubaté

Realização das delegacias sindicais do SEESP na região do Vale do Paraíba, ocorreram duas atividades com autoridades políticas em Taubaté. Em 23 de junho, o deputado estadual Pedro Bigardi (PCdoB) esteve na sub-sede do sindicato na cidade e falou sobre sua atuação e conquistas na Assembleia Legislativa de São Paulo. Tendo tomado posse há pouco mais de um ano, o parlamentar colocou o mandato à disposição dos participantes, a maioria engenheiros, que apresentaram suas demandas, tais como: preocupação com o alto valor cobrado pelos pedágios, insatisfação com a segurança pública e com a falta de locais para tratamento de dependentes químicos. Sobre o primeiro tema, Bigardi



Pedro Bigardi fala aos engenheiros sobre sua atuação.

lembrou que tramita no Legislativo o Projeto de Lei 866/2009, de sua autoria, que isenta do pagamento de pedágio nas rodovias estaduais os veículos cujos proprietários possuam residência, estudem ou trabalhem em cidades que contem com praças num raio de até 20 quilômetros. O deputado também ressaltou a aprovação

de propostas apresentadas por ele que resultaram em grande ganho para a sociedade paulista, como a que inclui entidades culturais e esportivas nos benefícios de recursos oriundos do programa Nota Fiscal Paulista. “Uma única entidade já recebeu, em três meses, mais de R\$ 140 mil. Isso é muito importante para o trabalho

desenvolvido diretamente nas comunidades”, lembrou.

Já em 1º de julho foi a vez do deputado federal Arnaldo Jardim (PPS-SP) ministrar palestra. Ele falou sobre a importância da política nacional de resíduos sólidos, objeto de projeto de lei aprovado no Plenário do Senado em 7 de julho, do qual foi relator. Além de traçar histórico sobre o tema no Congresso Nacional e detalhar a proposta, ele falou da situação no País. Com base em dados da Abrelpe (Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais), Jardim apontou que, apesar de ter crescido no Brasil o volume de material cuja destinação final são os aterros sanitários, 19,3% ainda vão para lixões.

## SEESP inaugura sede própria no ABC

Como parte de sua política de fixação no Interior do Estado, através da aquisição de espaços, o SEESP inaugurou no dia 2 de julho sede própria no Grande ABC. O atendimento aos engenheiros da região passará a ser feito na Rua Haddock Lobo, 15/19, no bairro Bela Vista, em Santo André. Em excelente localização, permitindo fácil acesso aos municípios vizinhos, e com confortáveis instalações, o endereço contará com novos equipamentos para melhor atender a categoria. À frente dessa delega-



Dirigentes do sindicato durante o descerramento da placa de inauguração.

cia, Silvana Guarnieri afirmou sua satisfação com a entrega da nova casa do engenheiro. Além de dirigentes do SEESP, autoridades,

membros da sociedade civil, profissionais da área tecnológica e amigos prestigiaram a cerimônia de inauguração, que reuniu 90 pessoas.

## Os profissionais e o desenvolvimento nacional

Em 19 e 20 de agosto próximo, a CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados) realiza na sede do SEESP, na Capital paulista, seu primeiro encontro nacional. Sobre o tema “O papel decisivo dos profissionais de formação universitária no desenvolvimento sustentável do Brasil”, abordará trabalho qualificado, melhor remuneração; desenvolvimento sustentável e infraestrutura para uma sociedade igualitária e democrática; melhoria na qualidade de vida, nos serviços públicos e na aposentadoria. As propostas debatidas serão incorporadas a um manifesto e levadas aos candidatos nas eleições de 2010, em todos os níveis. Mais informações e inscrições no [site www.cntu.org.br](http://www.cntu.org.br), pelo telefone (11) 3113-2641 ou e-mail [evento@cntu.org.br](mailto:evento@cntu.org.br).



Reeleito, Braguini discursa durante a solenidade.

## Posse em Araraquara

A nova diretoria da delegacia do SEESP na cidade para a gestão 2010-2013 tomou posse em 21 de junho último. Reeleito presidente da entidade em Araraquara, João Luiz Braguini, salientou no ensejo a atuação do sindicato, sobretudo em prol do desenvolvimento econômico sustentável do País. A organização, observou,

“tem participado ativamente inclusive na formulação de políticas públicas. Isso se dá em todo o Estado, por meio de suas 25 delegacias”. Entre as autoridades que prestigiaram a solenidade, o deputado estadual Roberto Massafra (PSDB) homenageou o SEESP e lembrou a demanda por engenheiros na atualidade.